



REDUÇÃO DA FECUNDIDADE: EXPRESSÃO DO DESEJO FEMININO OU DAS INIQUIDADES DE GÊNERO?

Angelita Alves de Carvalho¹

1) Introdução

No Brasil, as taxas de fecundidade tiveram uma redução substancial, segundo Berquó e Cavenaghi (2004) a Taxa de Fecundidade Total (TFT) que ficava em torno de 6,2 em 1940 passou para 2,4 em 2000. E mais recentemente os dados da PNAD do IBGE mostram que a TFT caiu de 2,6 filhos por mulher em 1996, para 2,1 filhos em 2005, e para 1,95 filhos em 2007. E ainda mais baixa ficou a TFT a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) na qual a fecundidade caiu de 2,5 filhos, em 1996, para 1,8 filhos por mulher, em 2006. A redução da fecundidade e os novos valores associados a este comportamento tiveram impactos diretos sobre o tamanho e composição das famílias brasileiras, para as quais pode-se dizer que existe uma tendência para estruturas familiares menores e mais heterogêneas quanto à sua composição (BERQUÓ e CAVENAGHI, 1988; BILAC, 1994; MEDEIROS e OSÓRIO, 2002).

Estas transformações ocorrem simultaneamente à dois grandes avanços em relação à questão feminina: sua maior presença no mercado de trabalho e sua mudança de papel na família, fatos que têm contribuído decisivamente para maior emponderamento e autonomia da mulher. Melo e Castilho (2006) também acreditam que a entrada da mulher no mercado de trabalho tem contribuído, entre outros fatores, de forma decisiva para as rápidas mudanças nas famílias. Além da entrada na mulher no mercado de trabalho, segundo Sorj (2005) e Bruschini (2007), as abordagens de gênero são fundamentais para a compreensão do fenômeno da transição da fecundidade e das mudanças no padrão familiar, na medida em que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem com que os custos e os benefícios da geração e criação dos filhos sejam repartidos de forma desigual entre os gêneros, o que afeta as decisões sobre o comportamento reprodutivo e as formas de regulação da fecundidade.

No que diz respeito às relações de gênero, os estudos (Alves e Corrêa, 2009; Sorj, 2005; Bruschini, 2000 e 2007; entre outros) mostram que a desigualdade de gênero vem diminuindo em várias áreas (educação, saúde, seguridade social, mercado de trabalho, etc.), e até mesmo revertendo

¹ Doutoranda em Demografia pelo CEDPLAR/UFMG, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela ENCE/IBGE, Economista Doméstica pela UFV - angelita_alves_carvalho@hotmail.com



hiatos de gênero, como é o caso da educação. Entretanto, especificamente no mercado de trabalho (variável importante para as mudanças na família), mesmo com o grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho, ainda persistem diferenciais de acesso, remuneração e condições de trabalho das mulheres nas atividades econômicas. Além disso, o não acompanhamento dos homens no compartilhamento do trabalho reprodutivo, faz com que as mulheres dediquem em média mais horas a este tipo de trabalho independente do nível de instrução, do grupo e posição ocupacional e do setor produtivo em que estão inseridas. Estes diferenciais fragilizam a participação das mulheres no trabalho produtivo, uma vez que estas enfrentam a dupla jornada, e contribuem para a obstaculização da inserção feminina no mercado de trabalho (BILAC, 1994; MELO e CASTILHO, 2008; OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2009; GUEDES, 2009).

Apesar de disso, é cada vez maior o engajamento profissional da mulher, com elas ingressando mais no mercado de trabalho e permanecendo nele, mesmo quando são mães. De acordo com Bruschini (2007), a População Economicamente Ativa (PEA) feminina no Brasil entre 1993 e 2005 passou de 28 para 41,7 milhões, a taxa de atividade aumentou de 47% para 53% e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 39,6% para 43,5%. Ou seja, percebe-se que existe uma teia de relações que se alimentam mutuamente, em que as mudanças na família (separação, união consensual, adiamento dos filhos e redução da fecundidade, etc.) favorecem o trabalho feminino e vice-versa. Ou seja, uma intensa combinação de fatores estaria levando mulheres economicamente ativas, tanto as mais quanto as menos privilegiadas, a ter um número menor de filhos. E contrariamente, a presença, o número e a idade dos filhos, também influenciariam a disponibilidade das mulheres para a atividade econômica (BUSCHINI, 1995; DIAS JUNIOR, 2008).

Outro dado que contribui para essa discussão é o fato de que as mulheres, principalmente aquelas inseridas no mercado de trabalho, estão tendo menos filhos do que desejam. Segundo a PNDS-2006 (Berquó e Lima, 2008) o número médio ideal de filhos para todas as mulheres brasileiras, de 15 a 49 anos, foi de 2,1 filhos. Contudo, a fecundidade observada das mulheres que se encontram na População Economicamente Ativa (PEA) tem ficado, sistematicamente, abaixo do nível de reposição (Dias Junior, 2008) e do tamanho ideal de família. E ainda Wong (2009), afirma que há uma tendência de homogeneização, no qual é muito uniforme a preferência por um tamanho pequeno de família, e há evidências que indicam que as mulheres na América Latina, inclusive no Brasil, independente da classe social, estão tendo menos filhos do que seu desejo.



Assim, se torna instigador discutir os motivos que estariam levando as mulheres, principalmente aquelas inseridas no mercado de trabalho, tanto de camadas mais quanto menos privilegiadas, a uma menor motivação para ter filhos. Para isso, é necessário compreender melhor estas relações, devendo-se aprofundar o olhar no âmbito individual e familiar, a fim de visualizar possíveis efeitos destes valores mais orientados para o mundo do trabalho sobre o comportamento reprodutivo das mulheres. Sendo assim, o objetivo geral deste artigo é refletir como as questões de gênero se inter-relacionam com o investimento na carreira profissional e o desejo e escolha pelo número de filhos, muitas vezes abaixo do desejado. Buscou-se então, por meio da pesquisa bibliográfica², discutir a recente queda da fecundidade e o surgimento dos novos padrões de família; discorrer sobre os avanços nas relações de gênero e a inserção da mulher no mercado de trabalho; e analisar as contradições que permeiam o investimento na carreira e os planos familiares e individuais das mulheres. Avançando na discussão sobre as contradições trabalho-família e levantando novos enfoques sobre os fatores que influenciam e determinam o desejo e as escolhas reprodutivas femininas.

2) Apresentação e discussão da literatura

Segundo Alves (2004) há grandes diferenciais de níveis e no ritmo da queda de fecundidade nos diversos contextos socioeconômicos e culturais. De acordo com Cain (2002), a opção de não ter filhos é uma mudança recente e a mais profunda, que teve como precedente a urbanização, industrialização, declínio da mortalidade infantil, disseminação dos meios de regulação da fecundidade, aumento da educação e entrada das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, o autor destaca que o mais fundamental para esse comportamento é a mudança dos valores familiares, em que tem-se tornando, atualmente, mais significativas as oportunidades de auto-realização e de satisfação de interesses individuais, do que os tradicionais compromissos familiares.

Seguindo este pensamento Alves (2004) destaca que existe uma diferença entre os custos e benefícios da fecundidade que se dá de forma desigual entre homens e mulheres. E afirma que “no regime de alta fecundidade cabe, à mulher, os maiores custos sociais e econômicos da reprodução, enquanto, ao homem, cabe os maiores benefícios”. E devido então as mudanças ocorridas nos sistemas familiares, principalmente envolvendo o controle patriarcal e a segregação feminina, os filhos deixaram de ser uma fonte econômica e social de apoio para a mulher, uma vez que ela já a

² Ver maiores detalhes do método e de sua importância em Ferreira (2002) e Gil (1999). Foram utilizados aproximadamente 40 estudos, entre artigos, dissertações e teses que tratavam dos temas abordados neste artigo.



consegue por si mesma. Essa maior autonomia da mulher, conseguida principalmente a partir do avanço em relações mais igualitárias de gênero e da queda da fecundidade apresentou grande influencia na família, contribuindo para a transformação dos arranjos familiares. Estes têm se tornado cada vez menores e com uma composição bastante heterogênea, em que, cada vez mais, surgem os arranjos do tipo casais com um filho, casais sem filhos, domicílios unipessoais e as famílias reconstituídas.

Quando se discute a redução do número de filhos e os novos arranjos familiares é necessário considerar e analisar as mudanças das relações de gênero e a entrada da mulher no mercado de trabalho. O crescimento da participação e permanência feminina no mercado de trabalho brasileiro vem sendo cada vez mais intenso e diversificado, e muitos autores garantem que é irreversível. Pois além de responder às dificuldades econômicas das famílias, que estariam forçando as cônjuges a procurar o mercado de trabalho, mudanças culturais relacionadas ao papel de gênero – que valorizam a independência e autonomia das mulheres – também devem ser consideradas (WAJNMAN e RIOS-NETO, 2000; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003).

Contudo, é fato que não é somente a entrada da mulher para o mercado de trabalho que explica seu “empoderamento” econômico e eleva sua capacidade de decisão nas questões reprodutivas, é necessário se observar a natureza do trabalho feminino, os tipos de emprego e as condições de trabalho, pois estas características podem influenciar o “empoderar” da mulher, exacerbar a incompatibilidade entre produção e reprodução, elevar seu status e capacidade de decisão dentro da família, aumentar sua independência econômica e oferecer retornos alternativos à satisfação de ter filhos (ALVES, 2004).

Apesar dessas desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres, alguns autores afirmam que a queda das taxas de fecundidade e a entrada feminina no mercado de trabalho são reflexos de relações de gênero mais igualitárias e da autonomia feminina. E que o trabalho feminino tem sido associado como causa ou condição para as mudanças nas relações de gênero e no formato das famílias. Neste contexto, surgiriam identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico, influenciando diretamente a reestruturação do modelo tradicional de família (ITABORAÍ, 2002).

De acordo com Guedes (2009), as concepções mais igualitárias no campo das relações de gênero resultariam diretamente, na ação feminina, na ampliação do universo de escolhas e no maior investimento na própria qualificação, bem como na vida profissional. Desse modo, o casamento e o nascimento de filhos deixariam de ser encarados como futuro óbvio e inexorável, passando a serem



vistos como experiências que podem ou não existir e, principalmente, que podem ser adiados diante de outras prioridades.

O aumento da atividade econômica das mulheres, principalmente das mães, poderia ser atribuído ao fato de que a criação dos filhos estaria perdendo o impacto sobre a saída da mulher da força de trabalho, ou seja, a presença de filhos não mais constituiria um empecilho ao trabalho feminino. A previsão de alguns autores é de que a fecundidade não deverá mais afetar, no futuro, as taxas de atividade feminina, uma vez que os valores associados a um número elevado de filhos declinaram, enquanto aqueles que se referem à participação das mulheres no mercado de trabalho tornaram-se mais fortes. E que então a incompatibilidade entre as responsabilidades familiares e a atividade econômica feminina deverão declinar (WAJNMAN e RIOS-NETO, 1994).

Contudo não se pode fazer uma associação simplista com relação ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e sua menor orientação para ser mãe, pois esta decisão está diretamente ligada às questões de gênero que ainda estão enraizadas nos papéis de homens e mulheres. Nesse sentido Sorj, et al. faz uma alerta

O novo modelo criou novas oportunidades para as mulheres participarem da “esfera pública”, mas não foi acompanhado por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a “esfera privada”, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero (SORJ et al., 2007, p.2).

Apesar de, cada vez mais, mães ingressarem no mercado de trabalho e não saírem dele por causa dos filhos, não se pode afirmar que a difícil articulação entre a maternidade e o trabalho feminino tenha deixado de existir. Estudos indicam que a relação entre a atividade feminina e a presença de filhos ainda encontra dificuldades de conciliação para as mães em mercados de trabalho mais formalizados, no qual o percentual de mulheres que tiveram filhos é mais elevado entre as que não trabalham. As taxas de atividade das mães aumentam mesmo quando os filhos são muito pequenos, mas são mais elevadas quando eles chegam aos sete anos e elas passam a serem ajudadas pela escola. Nesse sentido, a incompatibilidade entre o trabalho feminino e a maternidade é mais intensa principalmente entre as mães que têm menos de 30 anos e com filhos pequenos (WAJNMAN e RIOS-NETO, 2000; BRUSCHINI, 2007).

E assim, pode-se dizer que realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que são elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais. Heiland et al. (2005) avançam nesse sentido ao discutirem a contradição existente nas camadas mais escolarizadas entre o desejo (entendido enquanto ideal, não



como intenção) e a real fecundidade que as mulheres pertencentes a estes grupos apresentam. Os autores concluem que na Europa homens e mulheres mais escolarizados querem mais filhos do que realmente tem. Este fato também foi constatado no estudo de Guedes (2009), para qual a autora destaca que a educação mais elevada e as oportunidades no mercado de trabalho respondem por valores menos orientados para a família e mais centrados nas conquistas individuais. Por outro lado, a autora também destaca que há uma distância entre discurso e prática desse comportamento, o que pode esconder os constrangimentos e contradições que permeiam as opções femininas nestes grupos sociais. Ambas pesquisas apontam para um comportamento menos dicotômico e mais homogêneo do grupo em questão, que avança nas conquistas laborais (melhora crescente dos salários) sem, contudo, abrir mão do casamento e da maternidade.

Sabe-se que freqüentemente as mulheres mais escolarizadas diante das possibilidades de qualificação e crescimento profissional, adotam a tendência de adiamento do nascimento do primeiro filho, o que pode criar um contexto onde futuramente não estejam dispostas a arcar com o ônus do trabalho reprodutivo sobre sua vida profissional. Oliveira e Marcondes (2004) encontram este elemento na fala de mulheres pertencentes a camadas médias paulistanas, onde as demandas sociais e afetivas exigidas das mulheres na criação dos filhos entrariam em conflito com as demandas de outros projetos da vida destas informantes, como os profissionais. Segundo as autoras, a postergação da maternidade até um limite de idade máximo possível seria alternativa encontrada pelas entrevistadas para poderem se dedicar à construção de uma vida profissional e pessoal mais estabilizada emocional e financeiramente, com as quais pudessem garantir a segurança e maturidade que consideram necessárias para assumir as responsabilidades envolvidas na condição de ser mãe. Ou seja, pode-se dizer que existe todo um universo que particulariza estas decisões e aponta para questões contraditórias e multifacetadas.

Somadas a estas discussões se insere também o debate sobre as políticas de conciliação trabalho-família, principalmente aquelas ligadas ao oferecimento de creches e pré-escolas, que muito poderiam contribuir para amenizar a pressão sobre as mulheres em suas escolhas. Contudo a estrutura de creches públicas no país ainda é bastante precária como destacou Sorj et al. (2007). Apesar de ter havido um crescimento substantivo do número de crianças atendidas por creches nos últimos anos, na prática, as políticas de conciliação entre o trabalho produtivo e família são pouco efetivas para garantir a articulação entre trabalho e necessidades familiares ao longo de todas as etapas da vida familiar dos trabalhadores. Assim, ainda é atribuição das mães o cuidado das



crianças menores. O que acaba, muitas vezes, forçando a trabalhadora a adiar ou a até mesmo evitar a maternidade.

3) Considerações Finais

Pode-se observar que a perspectiva de gênero é um importante fator para enriquecer as discussões acerca da transição da fecundidade, da diferenciação e diversificação dos arranjos familiares e da maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Há, sem dúvida, uma grande convergência nas preferências reprodutivas das mulheres brasileiras, que corrobora hipóteses já levantadas de uma mudança cultural em direção à restrição do número de filhos. O engajamento profissional da mulher é, de fato, uma variável relacionada às principais mudanças na família, afetando inclusive as preferências reprodutivas. Igualmente, está claro que ter filhos pequenos continua afetando as possibilidades de dedicação ao trabalho por parte da mulher, especialmente das camadas baixas, já que ainda persiste uma divisão sexual do trabalho e as soluções de cuidado infantil têm um caráter privado, dependendo ainda de substitutos para a mãe ou de cuidado.

Verificou-se que é bastante complexo delinear o que guia as escolhas reprodutivas das mulheres. O fato é que não se pode ter uma visão simplista desse tema, e associar o baixo número de filhos ou a opção de não tê-los a fatores estanques e limitados. É necessário avançar na discussão sobre outros fatores, como por exemplo a questão do desejo das mulheres por uma maior qualidade de vida de seus filhos. Ou seja, até que ponto a preocupação com o bem-estar, melhores condições de vida e futuro dos filhos teria impacto sobre as escolhas reprodutivas das mulheres, levando-as, muitas vezes, a limitar seu desejo de fecundidade em função do filho?

E ainda, não é claro no discurso o impacto da falta de condições econômicas e afetivas seguras e ideais geradas pela ainda existente iniquidade de gênero tanto no mercado de trabalho quanto na família, sobre as escolhas reprodutivas femininas. Isto é, de que forma o enfrentamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho (como maior acesso aos empregos informais, menores salários, restrição à cargos superiores, entre outros) e na família (divisão sexual das atividades domésticas e cuidados com os filhos) cria condições de impossibilidade e insegurança, que acabam por desestimular a fecundidade das mulheres, fazendo-as, muitas vezes, adiar, limitar e até mesmo abrir mão de seu desejo de ter filhos?

As relações e aferições que podem ser feitas sobre a baixa fecundidade das mulheres e seu desejo de ter ou não filhos não se esgotam por aqui. Novas reflexões são necessárias a fim de se



investigar e discutir até que ponto a adoção por uma baixa fecundidade é, de fato, um desejo feminino ou uma escolha imposta, mesmo que não visível e declarada, causada por diversos fatores sociais, dentre eles desigualdades de gênero, especialmente aquelas ligadas à família. Por tudo isso, considero que são necessários mais estudos, especialmente aqueles qualitativos, que utilizem dados em nível individual, questionando-se homens e mulheres sobre suas relações mútuas e entre os membros da família, contextualizando as análises em termos dos diversos sistemas de gênero. Essas pesquisas poderiam revelar novas tensões, constrangimentos e desejos que guiam as escolhas das mulheres quanto o investimento na carreira, os projetos individuais e familiares e a sua decisão de reprodução. Além disso, julgo que acompanhar e entender as relações acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho, as questões de gênero envolvidas e os impactos sobre os projetos familiares, principalmente no que envolve o desejo pela fecundidade, constitui fator fundamental para o planejamento e adequação de políticas públicas na área de família, especialmente aquelas quanto à conciliação trabalho produtivo, responsabilidades familiares e afazeres domésticos.

4- Bibliografias

ALVES, J. E. D. **Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero**, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004 (Texto para discussão).

_____; CORRÊA, S. Igualdade e Desigualdade de Gênero no Brasil: Um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: SEMINÁRIO BRASIL, 15 ANOS APÓS A CONFERÊNCIA DO CAIRO, **Anais...** Belo Horizonte-MG, ABEP, 2009.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

_____. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1988.

BERQUÓ, E.; LIMA, L. P. Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In: **Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BILAC, E. D. Trabalho e Reprodução Cotidiana: Apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, (11)2, 1994.

BRUSCHINI, C. Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil. **Family Health International: Research Triangle Park**, NC. outubro 1995.



_____. Gênero e trabalho feminino no Brasil. Novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: ROCHA, M.I.B. (org.), **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP/NEPOUnicamp/Cedeplar-UFGM/Editora 34, 2000.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007

_____; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.) **As Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, Cap. supl., p. 323-356, 2003.

CAIN, M. Childless Revolution: More and more women are finding life without kids fulfilling, **Utne Reader**, August, 2002.

DIAS JUNIOR, C. S. **Comportamento reprodutivo: uma análise a partir do grupo ocupacional das mulheres**. Belo Horizonte, 2007. 149 f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/UFMG.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GUEDES, M. C. **Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário**. Campinas, 2009. 132 f. Tese (Doutorado em Demografia) – NEPO/UNICAMP.

HEILAND, F.; PRSKAWETZ, A.; SANDERSON, W. C. Do the more-educated prefer smaller families? In: IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 25. **Anais...** France, IUSSP, 2005.

ITABORAÍ, N. R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998**, Rio de Janeiro, Ipea, 2002 (Texto para discussão, 886).

MELLO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

_____; MARCONDES, G. S. “Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós feminismo”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, A. M. H. C.; GUIMARÃES, R. R. M. Trends in the relative distribution of wages by gender and cohorts in Brazil (1981-2005). In: **Annual Meeting Population Association of America (PAA)**, Detroit, MI, 2009.

PNDS 2006. **Pesquisa Nacional de Demografia da Mulher e da Criança**, 2006. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/pnds/index.php>>. Acesso em: 03/06/08.



SORJ, B. “Percepções sobre esferas separadas de gênero”. In: **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação: Entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. L. G. **Female labor force participation in Brazil**: alternatives for projecting levels and patterns, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1994 (Texto para discussão nº 7).

WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). In: **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, 2000. p.59-84.

WONG, L. L. R. Evidences of further decline in Latin America - Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: XXVI IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 26. **Anais...** Marrakech, IUSSP, 2009.